

## **SOCIEDADE CIVIL SE MOBILIZA EM APOIO À MAIOR TRIBUTAÇÃO PARA BEBIDAS ADOÇADAS**

A Aliança pela Alimentação Adequada e Saudável enviou uma carta aberta ao Senado cobrando participação na audiência pública marcada para a próxima terça-feira, dia 19, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A audiência vai discutir dois projetos de decreto legislativo (PDS 57/2018 e PDS 59/2018), que serão votados no dia seguinte e que visam derrubar a decisão do Poder Executivo que alterou o Imposto sobre Produtos Industrializados dos concentrados produzidos na Zona Franca de Manaus.

O governo federal promulgou o Decreto 9.394, de 31 de maio de 2018, por necessidade de equilíbrio fiscal, depois de ter cedido a CIDE ( Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico) combustível do óleo diesel para debelar a crise de logística causada pela paralisação da malha rodoviária de transportes.

O IPI do xarope concentrado usado na produção de refrigerantes foi reduzido de 20% para 4%. Por peculiaridades da Zona Franca de Manaus, as empresas ficam isentas do pagamento. Mas, ainda assim, o valor desse IPI não pago pode ser obtido como crédito pelos compradores. O resultado é que as empresas vendem para parceiros com o desconto do valor – que agora, diminuído, resultou, na prática, na redução do incentivo.

Tem havido uma mobilização da bancada do Amazonas e das empresas que produzem bebida adoçada contra o decreto e, por isso, foi marcada a audiência pública. Entretanto, nenhum representante do movimento da sociedade civil, como a Aliança, foi incluído na audiência.

A Aliança vem há algum tempo denunciando a incoerência na política fiscal. Os refrigerantes e outras bebidas açucaradas vêm sendo cada vez mais apontados como centrais para o maior risco de desenvolvimento de doenças crônicas não transmissíveis, como a obesidade, a diabetes tipo 2 e diversos tipos de câncer. Por isso, o setor de bebidas ultraprocessadas merece uma atenção especial no desenho e execução de novas políticas públicas que busquem tanto ampliar a base tributária de receitas, como desencorajar a frequência e intensidade do seu consumo

A Aliança, de acordo com a carta enviada ao Senado, entende que audiências públicas são um instrumento da participação popular na gestão democrática das políticas públicas e o tema faz parte do escopo de sua atuação, uma vez que impacta na saúde da população.

O aumento de preços e impostos é uma das medidas recomendadas pela Organização Mundial de Saúde e pelo Conselho Nacional de Saúde para redução do consumo de produtos não saudáveis e não essenciais. Portanto, além do envolvimento do setor produtivo, a sociedade civil, comprometida com saúde pública, deve participar dessa discussão tão relevante no Senado Federal.

Aliança pela Alimentação Adequada e Saudável e as organizações da sociedade que fazem parte desta rede vêm acompanhando e mobilizando a população sobre todas as medidas que tramitam no Congresso Nacional que promovem a alimentação adequada e saudável e regulam produtos ou interesses econômicos que vão de encontro à promoção da saúde.



Aliança pela Alimentação  
Adequada e Saudável